

Perspectivas do golpe 1964: abordagens da grande imprensa no Norte e Sudeste do Brasil

Camila Barbosa Monção Miranda¹

RESUMO

A imprensa tem se tornado uma importante fonte e objeto de pesquisa para o estudo da história. Contudo, quando se trata das pesquisas sobre a ditadura militar brasileira iniciada em 1964, é privilegiado o uso da dita grande imprensa nacional, ou seja, aquela produzida na região Sudeste e com ampla circulação em várias localidades do país. Entretanto, muitos jornais de distribuição local e/ou estadual têm características marcantes do que se entende como “grande imprensa” e foram, assim como estes jornais considerados de alcance nacional, fundamentais para a legitimação da tomada de poder pelos militares. Este artigo buscará introduzir um debate sobre a importância da imprensa para a consolidação da ditadura militar em seus anos iniciais a partir da análise da cobertura de dois jornais de Manaus e um do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Ditadura militar brasileira. Anticomunismo.

ABSTRACT

The press has become an important source and object of research for the study of History. However, when referring to researches on the Brazilian military dictatorship that began in 1964, the use of this great national press, that is, the one produced in the Southeast region of Brazil and with wide circulation in several localities of the country, is privileged. Though, many newspapers of state or local circulation striking characteristics of what is meant by the "mainstream press" and have been, as well as these newspapers considered to be of national scope, fundamentals for legitimizing military takeover. This article will seek to introduce a debate about the importance of the press for the consolidation of the military dictatorship in its initial years, based on the analysis of the coverage of two newspapers in Manaus and one in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Press. Brazilian military dictatorship. Anti-communism

¹ Camila Barbosa Monção Miranda. Mestranda no Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). camilabmoncao@hotmail.com

A imprensa e o golpe de 1964 nas diferentes regiões brasileiras

Grande parte dos estudos sobre o golpe e a ditadura militar brasileira têm como foco os eventos ocorridos na região Sudeste do país. Buscando ampliar a compreensão do significado deste período traumático na história brasileira para outras localidades, iniciei minha pesquisa de mestrado sobre os diversos impactos da ditadura na Amazônia. Dessa forma, tive contato com dois dos principais jornais da grande imprensa de Manaus: o *Jornal do Commercio* e o jornal *A Crítica*. Outrossim, dedico-me à investigação das relações do jornal *O Globo* com a ditadura desde a graduação.

Portanto, este artigo terá como objetivo explorar a cobertura destes três periódicos sobre o golpe e os eventos que o precederam, de maneira que seja possível compreendê-los como atores em seu meio social, sendo veículos capazes de contribuir para a legitimação da tomada de poder pelos militares. Ademais, tentarei evidenciar as expectativas e demandas dos três jornais em relação ao governo que se inicia em 1964, relacionando-as com o lugar de fala de cada uma dessas mídias.

A escolha dos periódicos utilizados para pesquisa não foi feita de forma aleatória. Os dois primeiros, *Jornal do Commercio* e *A Crítica*, foram os principais jornais amazonenses durante o período estudado. Sendo que o *Jornal do Commercio* perdeu espaço entre o público leitor ao longo do tempo e o *A Crítica*, por sua vez, é talvez o maior periódico de Manaus atualmente. *O Globo*, de origem carioca, é tido como um dos jornais mais lidos no Brasil nos dias de hoje² e teve papel fundamental para a consolidação da ditadura militar e para a formação de uma representação positiva sobre ela. Tanto o jornal *A Crítica* quanto *O Globo* vivenciaram um expressivo crescimento durante os anos 1970.

² De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em pesquisa realizada em 2015, o jornal *O Globo* é o segundo maior em circulação no Brasil. Ver lista completa em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 27/04/17.

Ademais, a relevância e o poder das empresas Globo na atualidade é também motivação para estudar um de seus veículos de comunicação, *O Globo*; nessa mesma linha, temos o jornal *A Crítica* como parte da Rede Calderaro de Comunicação, uma das maiores empresas de mídia do Amazonas, com canais de televisão, jornais impressos e estações de rádio. Já o *Jornal do Commercio* de Manaus, além de estar em circulação há mais de 110 anos, sendo um dos periódicos mais antigos do Brasil, foi parte dos Diários Associados entre 1943 e 1984, o maior conglomerado da mídia brasileira nos anos 1960.

Dessa forma, o estudo desses meios de comunicação impressos é de grande valor para auxiliar na compreensão da relação entre a grande mídia, a população e a política, uma vez que eles funcionam como reprodutores de valores, tradições, imaginários e práticas e permitem a perpetuação e consolidação de dada(s) cultura(s) política(s)³ juntamente com outras instâncias sociais, como a família, as religiões, a educação formal, etc. Portanto, entender a história da imprensa, de forma geral, fornece ferramentas para o melhor entendimento da história política, cultural e social de uma localidade. Em síntese, como coloca Eduardo Z. Chammas (2012, p.14), a imprensa no século XX torna-se um órgão de poder, configurando importante campo de pesquisa para compreender as nuances e disputas políticas.

As fontes selecionadas para pesquisa: breve histórico e relações com a ditadura

O mais antigo dos três periódicos, o *Jornal do Commercio*, foi fundado em 1904. Em 1907, Vicente Torres da Silva Reis, pai de Arthur Cézár

³ O conceito de cultura política é aqui entendido como “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa um identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

Ferreira Reis⁴, compra o jornal e moderniza todo seu parque gráfico, substituindo as máquinas tipográficas pelas linotipos alemãs. O *Jornal do Commercio* foi o primeiro no Brasil e o terceiro na América do Sul a ter este equipamento (DUARTE, 2015). Em 1943, o periódico é vendido aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e permaneceu como parte do grande conglomerado de mídia até 1984. Portanto, durante praticamente todo o período ditatorial, o *Jornal do Commercio* pertenceu a um "império jornalístico sem paralelo no país e na América Latina" entre as décadas de 1930-70 (BAHIA, 1990, p. 259).

No auge os Diários Associados compunham uma rede formada de 31 jornais diários, três revistas, 23 emissoras de rádio, treze estações de televisão e uma agência noticiosa (BAHIA, 1990, pp. 259-260). Contudo, após a morte de Chateaubriand, em 1968, os Diários Associados perdem, pouco a pouco, seu prestígio. Isso talvez explique em parte o aumento significativo do número de leitores do *A Crítica* nos anos 1970 e a perda gradativa de leitores pelo *Jornal do Commercio* a partir do mesmo período.

O jornal *A Crítica*, por sua vez, foi fundado em 1949 por Umberto Calderaro Filho, reconhecido por trazer boas polêmicas para as páginas do periódico. Distinto do *Jornal do Commercio* e d'*O Globo*, *A Crítica* utiliza cores para impressão de sua capa, um diferencial para época. Ademais, não só os editoriais são relativamente comuns em suas edições, como também uma coluna chamada "Nossa Opinião". Dessa forma, nestes dois espaços o jornal expressa explicitamente suas opiniões, sobre assuntos locais e nacionais.

Outro aspecto marcante em *A Crítica* é a afirmação constante que faz de seu compromisso com os interesses do povo amazonense. Não só em seu slogan, "De mãos dadas com o povo", como também em vários editoriais, é

⁴ Arthur César Ferreira Reis é um dos grandes intelectuais amazônidas. Além de reconhecida atuação no meio acadêmico, Arthur Reis foi superintendente da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), entre 1953 e 1955, e foi indicado por Castello Branco para ocupar o cargo de governador do Amazonas após cassação de Plínio Ramos Coelho pelo Ato Institucional nº1. Sua posse foi aprovada pela Assembleia Legislativa em junho de 1964 e Reis ocupou o cargo até 1967.

reforçado o caráter independente do periódico, "sem ligações político-partidárias ou grupos econômicos"⁵. Em 1973, o jornal iniciou seu maior projeto de *marketing*, o "Peladão"⁶ (DUARTE, 2015).

O jornal *O Globo* foi lançado em julho de 1925 por Irineu Marinho, após a perda do controle das ações de seu jornal anterior, *A Noite*⁷, para um de seus sócios, Geraldo Rocha. Contudo, Irineu Marinho faleceu 21 dias após a fundação de seu novo periódico. Seu sucesso em *A Noite* e sua morte precipitada constituíram uma memória positiva sobre o jornalista, que será propagada na fundação e na consolidação d'*O Globo*.

Porém, apesar de todo simbolismo em torno do novo jornal e da imagem de sucesso já construída por Marinho na imprensa, *O Globo* não atinge um grande número de exemplares vendidos até os anos 1960. A virada se deu a partir de mudanças técnicas e administrativas empregadas nos anos 1950 que fizeram com que sua tiragem aumentasse em mais de 100%: de 100 mil exemplares em 1951, passa para 218 mil em 1960. Ademais, o periódico passa a publicar edições também aos domingos, ganhando a atenção do público leitor (BARBOSA, 2010).

Nos anos anteriores ao golpe de 1964 o jornal carioca ainda não era líder de público na mídia impressa do Rio de Janeiro. Mas, dois fatores podem ser considerados fundamentais para a mudança desse quadro: a manutenção d'*O Globo* e de sua tiragem durante uma crise que assolou a imprensa carioca nos anos 1960, num processo de concentração empresarial da mídia, e a inauguração da TV Globo, em 1965 (BARBOSA, 2010).

O sucesso do canal de televisão ligado ao jornal teria dado legitimidade e credibilidade ao impresso. Além disso, é fundamental entender que o apoio do periódico ao golpe e à ditadura militar deram a ele reconhecimento político. Segundo Juarez Bahia (1990), a consolidação do

⁵ A CRÍTICA, N XX, 16/06/1967.

⁶ Campeonato de peladas que acontece até os dias atuais.

⁷ Cabe dizer que Irineu Marinho fez de *A Noite* um jornal vespertino de peso no Rio de Janeiro. As reportagens policiais do jornal e a forma como ele se aproximava do público são lembrados em depoimentos de jornalistas que podem ser encontrados no livro de Marialva Barbosa (2010).

poder das organizações Globo pode ser atribuída ao acordo de Roberto Marinho com a *Time-Life*, feito em 1961 (BAHIA, 1990, p. 422). As negociações desse acordo foram tidas como inconstitucionais e lesivas ao Brasil, já em meados dos anos 1960, durante a ditadura militar. Foi dado a Roberto Marinho cerca de noventa dias para regularizar a situação. O dono da Rede Globo, então, recorreu a Castelo Branco, que entrou com recurso de efeito suspensivo, assegurando a impunidade de Marinho. Endossando o acordo entre TV Globo e *Time-Life*, o regime autoritário investiu politicamente na formação de um monopólio que lhe foi fiel até sua queda (BAHIA, 1990, p. 425).

Indústria cultural, imprensa e ditadura

Interessante ressaltar algo aparentemente contraditório que ocorre na ditadura: normalmente lembrada como um período de intensa censura às produções culturais e meios de comunicação, o que não é um engano, o governo ditatorial também estruturou pela primeira vez no país um conjunto de diretrizes específicas para a cultura. É durante o autoritarismo que o Brasil está imerso entre 1964-85 que se inicia a chamada "indústria cultural"⁸ brasileira (PAIVA, 2014, p.2): "[...] a modernização conservadora promovida pelos militares irá acelerar a expansão da indústria cultural no país, em outros domínios além da televisão, consolidando um mercado cultural de bases industriais" (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 121).

Dessa forma, o investimento nas telecomunicações foi muito significativo, porém acompanhado de rígido controle do Estado: "se por um lado o departamento de censura ditava o que deveria ou não ser publicado, de outro o governo esforçava-se por ampliar a expressão cultural do país, ancorado em um ideal integrador e nacionalista" (PAIVA, 2014, p. 5). O

⁸ "[...] termo criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, filósofos da escola de Frankfurt, presente até hoje, cuja produção se dá de forma 'padronizada', 'impessoal' e 'acrítica'" (PAIVA, 2014, p. 2).

investimento maciço na cultura, assim como em outras áreas estratégicas, era uma forma de o governo consolidar seus instrumentos de poder.

Tais investimentos alcançaram, dentre outros setores, a imprensa. Assim, os avanços nas tecnologias de produção nos jornais foram diretamente afetados pelos incentivos governamentais para industrialização e cultura. Entretanto, como se sabe, muitos destes órgãos sofreram também com a censura. Outrossim, vários jornais simplesmente se acomodaram às regras que foram impostas pelos militares. Isso se deu, muitas vezes, por uma questão de sobrevivência no mercado.

Em relação aos jornais selecionados para pesquisa não foram identificadas situações ligadas à censura por meio dos dispositivos de controle governamental. Caso tenha havido, elas partiram de dentro dos próprios jornais, configurando autocensura. Segundo Marialva Barbosa, muitos jornalistas, editores e donos de jornais recorriam à autocensura, de forma a fazer um controle antecipado e voluntário das informações, se adequando às ideias do sistema. Esses veículos que declararam apoio, buscam não apenas uma sobrevivência no mercado, mas uma oportunidade de ascensão com a aproximação ao poder instituído (BARBOSA, 2010). O exercício da autocensura, nesses casos, é uma forma de ganhar a confiança do regime e se colocar numa posição de poder como intermediário entre a população e governo.

Seja por meio da censura prévia ou da autocensura, fato é que a ditadura militar encontrou meios de coibir a imprensa para delatar a violência e a repressão exercidas pelo Estado, além de garantir as propagandas em favor dos empreendimentos governamentais.

A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de milhares de pessoas nas dependências militares do regime. Construiu também em uníssono um discurso que destacava os 'milagres' econômicos do período e negava o empobrecimento da população. Amplificou também as glórias esportivas nacionais como se fossem de toda a população (BARBOSA, 2010, pp. 195-196).

O apoio da grande imprensa ao golpe militar se insere na discussão historiográfica defendida por Daniel Aarão Reis sobre a dimensão da participação civil na implantação e duração da ditadura. Para o autor a ocorrência do golpe e a extensão do regime militar não seria responsabilidade só dos militares, mas também da população civil, que não poderia ser vista apenas como vítima ou parte da resistência (REIS, 2002). Mas, para vias de esclarecimento, acredito que a participação da população civil na manutenção da ditadura não deve ser equiparada à culpa dos militares, principalmente quando se trata da institucionalização da violência, uma vez que as Forças Armadas mantiveram o protagonismo nas decisões autoritárias. Dessa forma, assim como Marcos Napolitano,

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista [...]. Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma 'ditadura civil-militar' ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder (NAPOLITANO, 2014, p.9-11).

Sobre a dimensão da participação da população civil no golpe e no governo militar, é preciso destacar a presença d'*O Globo* e de seu diretor, Roberto Marinho, na lista de "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES" (DREIFUSS, 1981, p. 504). O complexo político-militar IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), tinha como objetivo agir contra o governo nacional-reformista de Jango e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam sua administração, representando principalmente a face política dos interesses empresariais. De acordo Renée Dreifuss (1981), a homogeneidade, a consciência e a organização desse grupo teria possibilitado a formação de uma elite orgânica "[...] capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado"

(DREIFUSS, 1981, pp. 161-162). Apesar das muitas críticas recentes ao trabalho de Dreifuss, acredito que o aspecto acima citado não deva ser ignorado.

O IPES foi fundado oficialmente em 29 de novembro de 1961. De acordo com Dreifuss, o jornal *O Globo* foi um dos que recebeu favoravelmente seu lançamento. Além disso, é possível perceber a atuação do jornal nos moldes do Grupo de Publicações/Editorial (GPE) do IPES. Esta unidade de trabalho tinha o objetivo de conduzir uma campanha, através de jornais, televisão, propagandas, panfletos, etc., que disseminasse a mensagem ideológica afinada aos interesses da elite orgânica (liberal e conservadora).

A legitimação do golpe civil-militar na imprensa: o discurso anticomunista e anticorrupção

A partir do reconhecimento do lugar de fala das mídias selecionadas como fonte e objeto de pesquisa do presente artigo, proponho uma breve reflexão sobre o papel de cada uma delas na legitimação do golpe civil-militar.

O golpe de 1964 se desenrola em um contexto de grande instabilidade. A Guerra Fria, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, divide o mundo no âmbito das ideias e das ações. Os efeitos da conjuntura bipolar no Brasil e em toda a América Latina são múltiplos, sendo o anticomunismo, talvez, um dos impactos de maior relevância.

É engano pensar que o anticomunismo pertença apenas à esfera da abstração. O imaginário e as representações anticomunistas, em dois de seus ápices, 1937 e 1964, foram justificativas para golpes de Estado, como pode ser visto no trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta, "Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)" (MOTTA, 2000).

Há historiadores, como Motta, que acreditam que o anticomunismo também esteve presente no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016⁹.

O anticomunismo tem como pilar a recusa ao marxismo-leninismo e ideais de esquerda. Não há entre os anticomunistas a defesa de um projeto político, mas sim a negação. Assim, no espectro anticomunista é possível encontrar católicos, liberais, fascistas e socialdemocratas¹⁰ (MOTTA, 2000, p.4). Estes grupos, que em situações comuns não compartilham ideologias, ao se sentirem ameaçados pelo suposto "perigo vermelho", unem forças contra o avanço da esquerda. Esta questão é fundamental para pensar o golpe de 1964.

A tradição anticomunista é muito presente nos discursos propagados pelos jornais *O Globo*, *A Crítica* e *Jornal do Commercio*, e também pela própria ditadura militar para legitimar a ocorrência do golpe e as atitudes repressivas que se seguiram. Respaldados num pressuposto de insegurança e exceção, representantes das Forças Armadas, vários veículos de comunicação e parcelas da sociedade civil que clamavam pela intervenção militar se uniram contra a "subversão".

As atitudes consideradas subversivas estavam sempre ligadas a preceitos de esquerda, como ações revolucionárias, avanço de reformas sociais e alargamento da participação popular na política. Jornais como *O Globo* relacionavam a "subversão" a noções de ameaça, irresponsabilidade, caos, anarquia, desordem, violência e criminalidade. Em editorial do dia 10 de março de 1964, "O governo Arraes Incurso em Crime de

⁹Sobre isso, pude assistir duas palestras nas quais o historiador falou sobre a temática. Uma delas em Belém, durante o X Simpósio Regional de História da ANPUH-PA, e a outra em Manaus, na Semana de História da UFAM 2017. O artigo "O Brasil à beira do abismo de novo" (2016) também é de grande esclarecimento.

¹⁰ Importante frisar que é possível a existência do anticomunismo dentro da própria esquerda. Segundo Rodrigo P. Sá Motta (2000), anarquistas, trabalhistas socialistas e a esquerda católica já tiveram embates com grupos de ideologia comunista. "De maneira geral, contudo, [...] a esquerda no Brasil tendeu menos para o combate e mais para a cooperação com os comunistas" (MOTTA, 2000, p.34).

Responsabilidade", de dura crítica ao então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, essas conexões podem ser facilmente verificadas:

A onda de irresponsabilidade que ameaça a tranquilidade do País teve, em Brasília, como vedeta o Governador de Pernambuco. Em discurso incendiário, proferido no Teatro Nacional, perante mais de duas mil pessoas, o Sr. Miguel Arraes esqueceu-se de suas obrigações constitucionais e confirmou, mais uma vez, sua vocação para o caos e para a anarquia. Não foi obra do acaso, [...] mas o envolver frio e calculado de um plano de subversão que o Sr. Arraes, há muito vem pondo em execução no Estado. [...] o Governador criminosamente instigou o conflito entre o capital e o trabalho. [...] Que fez o Governador Miguel Arraes, concitando o povo a armar-se contra os podêres [sic] públicos, senão a propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social? [...] Propaganda de processos violentos para subverter a ordem é crime..¹¹

Contudo, tanto no *A Crítica* quanto no *Jornal do Commercio*, a ideia de subversão, além da ligada ao anticomunismo, vem também frequentemente acompanhada do conceito de corrupção, como no seguinte trecho destacado: "Precisamos eliminar do país o vírus comunista, a corrupção peleguista"¹². Aliás, é relevante ressaltar que o uso do argumento da corrupção para justificar a necessidade do golpe é muito mais comum nesses impressos do que pude verificar n'*O Globo*. Não só o governo de João Goulart é corriqueiramente acusado de corrupto, mas também os governos estaduais ligados ao PTB, como é o caso do Amazonas¹³.

Diante disso, esses dois jornais, da mesma forma que *O Globo*, colocam as Forças Armadas como as responsáveis por impedir o crescimento do "perigo vermelho" no Brasil. Ademais, o papel do golpe, chamado de "revolução de 31 de março", seria "higienizar a vida pública brasileira",

¹¹ O GLOBO, N XX, 10/03/1964.

¹² JORNAL DO COMMERCIO, N XX, 09/04/1964.

¹³ Quando os militares depuseram João Goulart, o governador do Amazonas era Plínio Ramos Coelho, do PTB. Coelho foi eleito em 1963, pela segunda vez, e foi cassado em 1964 após Ato Institucional nº1, sob acusação de corrupção administrativa.

"destruir a máquina viciada"¹⁴ e promover uma "administração capaz, justa e honesta".¹⁵

A associação entre corrupção e subversão também está presente no discurso oficial. Ao anunciar o Ato Institucional nº2, em outubro de 1965, Castello Branco diz que "a revolução foi fruto da inspiração do povo brasileiro contra a corrupção e a subversão"¹⁶. E, como seria de se esperar, os militares se autodeclaravam aqueles capazes de moralizar o Brasil política, social e financeiramente. Entendendo o conceito de moral como aquele vinculado à doutrina cristã e conservadora.

Sabe-se que Jango não era comunista. Contudo, recorrentemente os Estados autoritários de 1937 e 1964, denunciaram todas as propostas de esquerda como "ameaça comunista" de maneira generalizada. Isso pode ser exemplificado pelas acusações ao governo de João Goulart: o presidente foi acusado de comunista por propor reformas de cunho trabalhista ou, no máximo, populista. O contexto da Guerra Fria foi fundamental nesse aspecto para inflar o temor em relação a propostas de esquerda na política. O que alarmava os grupos liberais-conservadores era a herança varguista¹⁷ de Jango e sua aliança com as classes trabalhadoras e políticos mais aguerridos, como Leonel Brizola. Em mais de uma ocasião, *O Globo* tece elogios a Goulart, mas lança severas críticas aos grupos com os quais ele se alinha. Isso pode ser verificado em editoriais dos dias 11, 16 e 25 de março de 1964.

O editorial do dia 11 de março aplaude um pronunciamento feito por Jango no programa de rádio "A Voz do Brasil". Segundo o jornal, a fala foi marcada pelo tom objetivo e elevado, palavras serenas, sensibilidade às

¹⁴ JORNAL DO COMMERCIO, N XX, 03/04/1964.

¹⁵ JORNAL DO COMMERCIO, N XX, 09/04/1964.

¹⁶ JORNAL DO COMMERCIO, N XX, 28/10/1965.

¹⁷ Nilson Borges (2003, p.19) destaca a existência de uma "síndrome antigetulista" nas Forças Armadas desde a década de 1930. Essa desconfiança teria se intensificado após os eventos que culminaram no suicídio de Vargas. Jango era visto como um herdeiro direto das práticas varguistas, como a ambição pelo poder e uso das massas para sua manutenção. Por isso, temia-se a aproximação de Jango com as classes trabalhadoras, pois acreditava-se que elas o levariam a tomar o poder de forma ilimitada.

críticas recebidas, sinceridade, racionalidade e sensatez. Todos esses adjetivos trazem sensação de segurança e bom senso, além de representarem Goulart como um líder digno à presidência da República aos olhos do periódico.

Todavia, este mesmo editorial termina com a desaprovação do convite aceito por Jango para participar do comício do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), considerado um ato proibido de "inspiração comunista". Nesta ocasião, *O Globo* não culpa o presidente pelo comparecimento ao comício, mas seus assessores: "O Sr. João Goulart, que está sendo bem assessorado em matéria financeira, não o está no campo político, pois não foi, certamente, bom o conselho que o levou a aceitar o convite do CGT [...]"¹⁸.

Em editoriais dos dias 16 e 25 de março, "O Eco do Comício" e "O Perigo das Soluções Primárias", o periódico demonstra preocupação com a aproximação de Jango com Leonel Brizola e grupos da esquerda. Percebe-se, nesses discursos do jornal, que as representações sobre Goulart não são, em si, negativas. Contudo, o presidente é descrito como um sujeito facilmente influenciável por aqueles que o cercam. E estes, sim, seriam uma ameaça à ordem estabelecida.

A representação de Jango como um sujeito frágil e manipulável aparece também em notícia do *Jornal do Commercio* sobre o depoimento de Assis Brasil¹⁹ para um inquérito instaurado pelos militares para investigar atividades do governo do ex-presidente. Mesmo que a própria reportagem tenha dito que o depoimento do oficial era de caráter sigiloso, algumas de suas supostas respostas ao interrogatório foram publicadas pelo jornal. Assim, é preciso ter em vista que a seleção dos trechos da possível

¹⁸ O GLOBO, N XX, 11/03/1964.

¹⁹ Assis Brasil foi convidado por João Goulart para assumir a chefia do Gabinete Militar e a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Segundo verbete sobre o general disponível no site do CPDOC da FGV (<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/assis_brasil>). Acesso em 19/04/2017), ele sempre foi considerado um oficial de esquerda e esteve com Jango até o fim de seu governo, acompanhando-o ao exílio no Uruguai. Assis Brasil foi preso em fins de 1964, foi demitido do exército e teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1. Apenas com a anistia foi reformado como general de exército.

declaração de Brasil já diz muito sobre o que o impresso desejava passar para seus leitores sobre a personalidade de Jango.

De acordo com o periódico, Brasil teria dito que Goulart era incapaz para o exercício da presidência, nunca tendo chefiado, de fato, o país, mas sendo governado pelos outros. O oficial ainda haveria informado que Jango ignorou advertências, inclusive dele próprio, sobre a influência comunista em seu governo e desejou abandonar o cargo por diversas vezes, vendo no golpe uma oportunidade de "fugir às responsabilidades do poder". A notícia termina dizendo que "O sr. João Goulart, na sua opinião [de Assis Brasil], era um homem bom e sem ambições, tendo a capacidade unicamente para dirigir as suas estâncias".²⁰

Desde o período anterior ao golpe, *O Globo* expressava certa desconfiança em relação a Jango. Ele era descrito como um sujeito ambíguo, uma vez que se declarava defensor da paz, da família brasileira, dos valores democráticos e das tradições cristãs, mas compactuava com interesses dos chamados "agitadores" ou "subversivos", como os membros do CGT. Mas, é principalmente a partir do dia 13 de março de 1964, após a participação de Jango no Comício das Reformas²¹, que as críticas ao então presidente se intensificam. Em editorial d'*O Globo* do dia 16 do mesmo mês o comício organizado pela CGT foi descrito como "ato público contra a Constituição do país de caráter totalitário" e Goulart foi acusado várias vezes por sua "ilegal articulação com pelegos e agitadores comunistas". Em notícia do *Jornal do Commercio* o comício também foi tido como "subversivo",²² assim como o

²⁰ JORNAL DO COMMERCIO, N XX, 16/06/1964.

²¹ O Comício das Reformas de Base, também chamado de Comício da Central do Brasil, aconteceu no Rio de Janeiro e reuniu, aproximadamente, 150 mil pessoas, especialmente trabalhadores. Nessa ocasião, Jango anunciou diversas iniciativas reformistas, dentre elas a reforma agrária e o alargamento do direito ao voto para analfabetos e patentes baixas das Forças Armadas. Para saber um pouco mais, há dois sucintos verbetes do CPDOC da FGV disponíveis *online*: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas>; <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas>. Acesso em: 19 de abril de 2017.

²² JORNAL DO COMMERCIO, N XX, 16/06/1964.

pronunciamento do presidente no Automóvel Clube²³, ocorrido dia 30 de março.

O Globo conclama pela intervenção das Forças Armadas em seus editoriais com frequência, colocando os militares como responsáveis por guardar a pátria das ameaças comunistas. De acordo com o jornal, o presidente teria ignorado as leis constitucionais ao incentivar o caos no país. Por isso, caberia aos militares proteger a legalidade. O chamado às Forças Armadas é ainda mais enfático após a Revolta dos Marinheiros, ocorrida no dia 25 de março, pois Goulart teria se colocado ao lado dos fuzileiros "subversivos", ignorando a hierarquia e a ordem.

Impossibilitado de circular no dia primeiro de abril²⁴, é no editorial publicado no dia dois que o jornal carioca se manifesta sobre os eventos de 31 de março. A famosa capa que traz estampada a manchete "Empossado Mazzilli na Presidência", em letras garrafais, descreve João Goulart como fugitivo e festeja a tomada de poder pelos militares:

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. [...] Graças a decisão e ao heroísmo das forças armadas [...] O Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradição.²⁵

O editorial tenta justificar o que foi feito pelos militares como procedimento constitucional. Acreditava-se que as Forças Armadas deveriam estar sempre sob autoridade do presidente e dos limites da lei, desde que o líder do Executivo seguisse a constituição. Porém, o jornal e os golpistas alegavam que Jango assumira atitudes "ilegais" quando se ligou

²³ O discurso de João Goulart no Automóvel Clube, em festa organizada pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, causou intensa revolta entre os articuladores golpistas. Sendo, talvez, a "gota d'água" para as Forças Armadas iniciarem o golpe.

²⁴ Ao visitar o acervo online e acessar a publicação do dia 01 de abril de 1964, é apresentada uma nota dizendo que dia 31 de março *O Globo* foi tomado por fuzileiros navais que apoiavam Jango. Por isso, o jornal não teria circulado na data. Em edição do dia 02 de abril, há uma nota na capa intitulada "Violência contra O Globo" na qual o evento é narrado.

²⁵ O GLOBO, N XX, 02/04/1964.

aos grupos tidos como "subversivos". Dessa forma, ele teria perdido o direito de ser considerado símbolo da legalidade, dando aos militares a missão de resguardar o governo.

Além desses eventos citados que contribuíram para o desgaste do governo Goulart na percepção dos setores liberais-conservadores, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19 de março, deu a *O Globo* a demonstração de contestação civil ao então presidente. A Marcha da Família é festejada pelo impresso como demonstrativo da população brasileira em defender sua liberdade e sua fé religiosa. Ademais, é feito grande esforço para demonstrar a pluralidade dos participantes da passeata, dizendo que estiveram presentes políticos, militares e religiosos de todos os credos. Segundo editorial do dia 20 de março, que aborda esse episódio, a marcha mostraria que o povo brasileiro jamais cederia a uma perda de liberdade devido às ameaças comunistas, ou seja, o governo de Goulart estaria promovendo a falta de tranquilidade, ordem e segurança ao Brasil.

Em um dos últimos editoriais lançados antes da ocorrência do golpe, *O Globo* acusa o governo como antidemocrático e diz ser necessária a articulação de uma reação, pois "estando a Constituição e o Congresso ameaçados pelo comunismo, é preciso lutar e defender a nação cristã e amante da liberdade que é o Brasil"²⁶. Pertinente notar que essa concepção do golpe como uma reação, uma resposta a uma ameaça previamente existente, aparece também no *A Crítica*. Em editorial do dia 9 de julho, intitulado "A Antirevolução" [sic] o jornal defende que o golpe - ou "movimento de 31 de março", como eles dizem - não foi uma "revolução", como era disseminado à época, mas uma "antirrevolução". Afinal, segundo o jornal, o que se vivia anteriormente era uma "ditadura caribeanas" [sic] fruto de uma revolução de caráter comunista, na qual havia ausência de liberdade de imprensa, especialmente no Amazonas. Por outro lado, após a

²⁶ O GLOBO, N XX, 23/03/1964.

"antirrevolução" era possível "respirar a planos haustos o ozona [sic] revitalizador e puro da democracia".

Em editorial do dia 31 de março, O Globo lança um alerta e um chamado à população:

O povo percebe [...] que com o enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista. [...] Por isto se unem todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim, mas, pela indignada e justificada reação que provocaram, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos pode levar à anarquia e à guerra civil.²⁷

O editorial faz referência à Revolta dos Marinheiros e demonstra que as vésperas do golpe vêm corroboradas por um sentimento de medo da expansão das ideologias de esquerda no Brasil, sendo João Goulart colocado como o sujeito que permitiu a "contaminação do poder" pelo "perigo vermelho".

Sobre esta configuração anterior ao golpe, alguns pontos merecem ser discutidos. Como foi dito anteriormente, o anticomunismo é fator determinante para compreender as motivações do golpe, seja pelo olhar dos civis ou dos militares. Além disso, acredita-se que *O Globo*, *Jornal do Commercio* e *A Crítica*, assim como boa parte da chamada grande imprensa brasileira, compartilham dos ideais de uma cultura política liberal-conservadora, que tem como características a tradição anticomunista, o apego à religião e à moral cristã, o nacionalismo e a defesa do desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas.

Entender a constituição ideológica desses meios de comunicação de massa perpassa reconhecer sua origem, a maioria delas pertencentes a grupos familiares²⁸.

²⁷ O GLOBO, N XX, 31/03/1964.

²⁸ De acordo com Juarez Bahia (1990, p. 243), dois dos grandes jornais da imprensa brasileira estão nas mãos da mesma família desde sua fundação: *O Estado de São Paulo* (família Mesquita) e *O Globo* (família Marinho). O jornal *A Crítica*, por sua vez, é parte da Rede Calderaro de Comunicação,

A imprensa, o rádio e a televisão no Brasil de modo geral guardam característica nitidamente familiar. A maioria dos jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão costuma ser propriedade de organizações que se transmitem hereditariamente. [...] A tendência de estrutura familiar dos meios de comunicação do Brasil configura uma tradição e visa manter o domínio acionário à margem de influências estranhas ao grupo de parentes (BAHIA, 1990, p. 243).

Essas famílias fazem parte de uma elite empresarial brasileira, com interesses estritamente ligados ao desenvolvimento de um modelo capitalista liberal. Ademais, teoricamente, seriam grupos adeptos de certo liberalismo político, uma vez que a liberdade de expressão é requisito para o bom funcionamento da imprensa. Contudo, durante a ditadura militar, especialmente nos anos anteriores ao AI-5, a maioria dos periódicos manifestou sua faceta liberal muito mais no âmbito econômico do que no âmbito político, até porque, como apontado por Rodrigo P. S. Motta (2000), os ideais de liberalismo e democracia não caminham, necessariamente, juntos.

Porém, é de fundamental esclarecimento que a noção de "democracia" foi amplamente utilizada durante a ditadura militar de 1964 como antônimo de "comunista" (MOTTA, 2000). Isso se expressa pela própria denominação aplicada ao regime militar no período de sua ocorrência, "Revolução Democrática", e também pelo discurso proferido nos jornais analisados. Em praticamente todas as reportagens e editoriais examinados que discorriam sobre a tomada do poder pelos militares, as Forças Armadas eram saudadas pela preservação da democracia, pelo fim da "onda comunizante" [sic] no Brasil, por garantir as liberdades e sanear a corrupção.

Uma reportagem do jornal *A Crítica* é muito simbólica neste sentido. Com o título de "A Revolução Brasileira Salvou: Mundo Livre" o artigo reproduz e comenta trechos de um editorial publicado no *Miami Herald*, periódico norte-americano, sobre o golpe militar brasileiro.²⁹ Segundo o

também administrado por um grupo familiar. Isso sem falar dos canais de televisão como o SBT, a Rede Bandeirantes e a própria TV Globo, todos eles fundados e administrados por grupos familiares.

²⁹ A CRÍTICA, N XX, 16/06/1964.

editorial, a derrubada de João Goulart pelas Forças Armadas seria lembrada pelos historiadores como "a data em que começou o fim do comunismo mundial". E mais, o golpe teria sido uma "rebelião popular contra o mal da corrupção e da infiltração comunista em favor da liberdade" que só foi possível graças a uma "imprensa livre e patriotas militares".

Assim, as noções de liberdade e democracia compartilhadas pelos setores sociais que apoiaram o golpe, dentre eles os grupos empresariais ligados à comunicação, era o avesso ao que se entendia como comunismo. Da mesma forma, as concepções de ditadura e autoritarismo estavam vinculadas sempre à esquerda: o modelo cubano e soviético.

Além disso, o liberalismo econômico era também parte da formação ideológica desses veículos de mídia, especialmente d'*O Globo*. A percepção de que o comunismo significava um risco à propriedade privada e à livre concorrência, amedrontava estes grupos. Por isso, tamanha resistência encontrada por Jango ao propor a reforma agrária. O jornal *A Crítica*, inclusive, em edição do dia 19 de novembro de 1964, aponta para a possibilidade de uma "reforma agrária capitalista". Apesar de o conceito não ser explicado, cabe a interpretação de que seria uma proposta de reorganização da estrutura fundiária que não agredisse de forma intensa o modelo capitalista. Resta-nos o questionamento da viabilidade dessa proposta.

Por mais que possa parecer contraditório nos moldes do pensamento liberal na atualidade, nos anos 1960, o liberalismo articulava-se muito bem com o nacionalismo³⁰. Havia certamente um zelo da classe empresarial pela manutenção das relações de mercado e pela garantia da propriedade privada. Contudo, o capitalismo no Brasil nasceu sob tutela do Estado e era comum a defesa de um projeto de industrialização que favorecesse as empresas nacionais. Dessa forma, normalmente, os investimentos e

³⁰ *O Globo*, em algumas situações, criticava a excesso de interferência dos militares na economia. Contudo, isso não aparecia com muita frequência e foi, talvez, uma das poucas críticas do periódico à ditadura. Um de seus colunistas, Eugênio Gudín, foi um liberal mais acalorado, e utilizava seu espaço no jornal para defender com maior destaque a não intervenção à liberdade de negociação.

participação governamentais nas relações econômicas não eram vistos com maus olhos, pelo contrário. Um governo como foi o dos militares, que intervia na economia, mas garantia a conservação do capitalismo e ainda atuava junto dessas empresas em parceiras público-privadas, era desejável. No caso da Amazônia, o crescimento do modelo capitalista-industrial só foi possível a partir das iniciativas governamentais. E, justamente a partir dessas iniciativas, muitas empresas privadas puderam usufruir de novos investimentos e significativos lucros. Portanto, o discurso de "integrar, ocupar e desenvolver", formando o "Brasil Grande", caminhou lado a lado com o avanço da fronteira capitalista no país.

Soma-se à isso, o conservadorismo das elites empresariais, ligado aos ideais de manutenção da ordem, da tradição, da moral e da religião (cristã e católica). Visto isso, todos os jornais analisados utilizavam várias referências do cristianismo para defender seus conceitos de liberdade, progresso e democracia. Em edição de 2 de abril de 1964, o *Jornal do Commercio* chama o golpe de "movimento em defesa das instituições democráticas cristãs". A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", já mencionada anteriormente, é também um ótimo exemplo da associação entre esses conceitos. Não por acaso, os periódicos da grande imprensa que circulam no meio social, compartilham com várias parcelas dessa sociedade valores de uma cultura política liberal-conservadora. Estes veículos, inclusive, auxiliam na perpetuação e reafirmação desses valores. Sobre a associação do cristianismo ao anticomunismo, Rodrigo Patto Sá Motta diz que

A representação do comunismo como inimigo absoluto [do catolicismo] não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central [...] é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. [...] A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família [tradicional]; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No

limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (MOTTA, 2000, p.38-39).

Outro ponto que merece atenção é a maneira que se entendia a noção de "intervenção militar" pré-1964. Como colocado por Nilson Borges (2003), antes do golpe, as incursões das Forças Armadas na política se davam de forma temporária, pontual. A suposta crise era minimamente sanada e o poder retornava aos civis.

Contradições do pós-golpe

Portanto, ao refletirmos sobre os pedidos de intervenção militar em março de 1964, é fundamental que se compreenda que esse grupo liberal-conservador formado pela grande mídia e por membros da classe política e empresarial não defendiam, diretamente, a implantação de um regime ditatorial que durasse mais de vinte anos³¹. Por isso, aliás, muitos dos apoiadores do golpe, como Carlos Lacerda, sofreram as consequências do recrudescimento do governo instalado pós-1964 e tentaram formar uma resistência a ele³².

Alguns veículos da grande imprensa também perceberam o agravamento dos métodos autoritários do regime militar e sofreram com a censura³³. Porém, há aqueles que reconhecem esse agravamento, mas, contraditoriamente, o consideram necessário para a manutenção da democracia. Neper Antony, por exemplo, colunista recorrente do *Jornal do Commercio* nos anos iniciais da ditadura, diz que o AI-2 foi uma "resposta do governo ao clamor dos patriotas, destinado a revitalizar o processo

³¹ "O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 foi o primeiro sinal de alerta que aquele golpe não era igual aos outros" (NAPOLITANO, 2014, p. 82).

³² Em 1966, Lacerda se alia a Juscelino Kubitschek na formação de uma resistência democrática, a Frente Ampla. Importante ressaltar que Lacerda tinha JK como seu principal adversário nas eleições presidenciais que poderiam vir a ocorrer em 1965 (NAPOLITANO, 2014, p. 82).

³³ Alguns jornais, como *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*, começam a tecer críticas ao governo e sofrer as consequências disto apenas após o AI-5. Contudo, o *Correio da Manhã*, jornal liberal de forte oposição a Goulart, já em 1964 volta-se contra a ditadura.

democrático". Em seguida, o autor afirma que o "governo revolucionário se preocupou de forma inútil em conseguir a convivência harmônica com partidos e políticos", por isso o AI-2 seria o início de uma fase mais autêntica e legítima do pós-golpe. Indo mais longe, ele exprime que os militares pareciam ter medo de assumir a "revolução", pois ficavam preocupados em não ferir a Constituição, em não gerar descontentamentos e em deixar em liberdade "políticos saídos do iodo da corrupção e da subversão". Por fim, Antony conclui dizendo que

Não importa que [...] os falsos democratas, os aproveitadores de situações venham a campo berrar que há uma ditadura no país. [...] Essa questão de terminologias é secundária. Seja o que for o nome ou apelido que se venha a dar ao regime implantado no país pelo Ato Institucional nº2. O que é essencial é que ele se execute plenamente. O ideal democrático não pode levar-nos ao ponto de assistirmos impassíveis a derrocada da pátria. Se a democracia põe em perigo os destinos nacionais [...], então fiquemos mesmo com a Revolução apesar da cara feia que legalmente possui.³⁴

Visto isso, os periódicos analisados comemoram o golpe de 1964 e legitimam as ações dos militares, mesmo as mais autoritárias. Acreditava-se nas Forças Armadas como guardiãs da democracia e da legalidade contra o avanço da esquerda e os próprios militares apropriavam-se dessa "missão".

Fontes

- *O Globo* - disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>

O Governador Arraes Incurso em Crime de Responsabilidade. [Editorial]. *O Globo*, 10 de março de 1964, p.1

De Segunda a Sexta-Feira. [Editorial]. *O Globo*, 11 de março de 1964, p.1

O Eco do Comício. [Editorial]. *O Globo*, 16 de março de 1964, p.1.

A palavra de ordem dos patriotas. [Editorial]. *O Globo*, 20 de março de 1964, p.1

Em defesa da Constituição, da Lei e da ordem. [Editorial]. *O Globo*, 23 de março de 1964, p.1

³⁴ JORNAL DO COMMERCIO, N° XX, 02/11/1965.

O perigo das soluções primárias. [Editorial]. *O Globo*, 25 de março de 1964, p.1

A Nação Unida às Forças Armadas. [Editorial]. *O Globo*, 31 de março de 1964, p.1

Ressurge a Democracia!. [Editorial]. *O Globo*, 02 de abril de 1964, p.1

- *Jornal do Commercio* - disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Aperta-se o cerco contra o governo. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 02 de abril de 1964, p.1

Operação Limpêsa. [Nota]. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1964, p.1-2

Revolução e Nossas conquistas Sociais. [Editorial]. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1964, p.1

ANTONY, Neper. Segunda Etapa. [Coluna de opinião]. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1964, p.2

Assis: J.G era um incapaz para governar o Brasil. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 16 de junho de 1964, p.1

Contra o Revanchismo e o Reacionismo Institucionalizada a Revolução. [Notícia]. *Jornal do Commercio*, 28 de outubro de 1965, p.1

ANTONY, Neper. Começo da picada. [Coluna de Opinião]. *Jornal do Commercio*, 02 de novembro de 1965, p.2.

- *A Crítica* - fonte coletada na Biblioteca Pública do Amazonas, Manaus

A Revolução Brasileira Salvou: Mundo Livre. [Notícia]. *A Crítica*, 16 de junho de 1964, p.2

Nossa Opinião: Coerência e Equilíbrio. [Coluna de opinião]. *A Crítica*, 16 de junho de 1964, p.2

A Antirevolução. [Editorial]. *A Crítica*, 09 de julho de 1964, p.1

Castelo lança expectativa de desenvolvimento em Março:65. [Notícia]. *A Crítica*, 19 de novembro de 1964, p.1

Referências Bibliográficas

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php>>.

Acesso em 09 de nov. de 2015.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado.* Ação política, poder e golpe de Classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUARTE, Durango. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama.* Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964).* Tese apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VERMELHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917-1964>. Acesso em: 06 de abril de 2016.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). *Culturas Políticas na História. Novos Estudos.* Coleção História. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2009, p. 13-37.

_____. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.. *Historiadores pela democracia.* O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016, p.89-100.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: A história do regime militar brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2014.

PAIVA, Livia de Meira Lima. Cultura e ditadura: permanências autoritárias nas políticas culturais. *XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI)*, 05 a 08 de novembro de 2014, UFPPB, João Pessoa. Disponível em:

<<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>>. Acesso em: 21 de abril de 2017.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Editora Insular, 2007.